

AS BASES CONCEITUAIS E EPISTEMOLÓGICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Jorge Luiz Chaves Bandeira ¹
Carla Katarina de Monteiro Marques ²

RESUMO

Este artigo analisa as políticas de educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil, considerando as influências das concepções de poder presentes na legislação e na prática pedagógica. Objetiva compreender as contradições entre os discursos oficiais e as realidades das instituições de ensino, apontando as limitações da implantação de uma formação crítica e emancipadora. A metodologia inclui revisão bibliográfica de autores como Marx, Engels, Gramsci e Saviani, além de análise documental de legislações e diretrizes ligadas à Educação Profissional e ao currículo do Ensino Médio. Também foram utilizados dados secundários provenientes de relatórios e estudos recentes que revelam as condições institucionais e os obstáculos na implementação dessas políticas. Os resultados mostram que as ações oficiais reforçam uma lógica de poder disciplinar, que fragmenta o conhecimento, perpetua desigualdades sociais e prioriza uma formação voltada às demandas do mercado, em consonância com uma visão neoliberal. Essas práticas dificultam a superação do dualismo entre teoria e prática, além de limitar a autonomia de professores e estudantes. A análise aponta que, apesar das propostas de uma educação integrada e crítica, há uma forte influência de mecanismos que controlam e normalizam os sujeitos, impedindo a efetivação de uma formação emancipadora. Conclui-se que é imprescindível reformular as políticas e práticas educativas, promovendo uma gestão que valorize a autonomia, a criticidade e a transformação social, garantindo que a Educação Profissional e Tecnológica contribua de fato para a emancipação dos indivíduos e a transformação da sociedade.

Palavras-chave: educação profissional; educação emancipadora; gestão educacional.

ABSTRACT

This paper analyzes professional and technological education (EPT) policies in Brazil, considering the influences of conceptions of power present in legislation and pedagogical practice. It aims to understand the contradictions between official discourses and the realities of educational institutions, highlighting the limitations of implementing a critical and emancipatory education. The methodology includes a bibliographic review of authors such as Marx, Engels, Gramsci and Saviani, as well as a documentary analysis of legislation and guidelines related to Professional Education and the high school curriculum. Secondary data from recent reports and studies were also used, revealing the institutional conditions and obstacles to the implementation of these policies. The results show that official actions reinforce a logic of disciplinary power, which fragments knowledge, perpetuates social inequalities and

¹ Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – *Campus* Mossoró – RN, jorgebandeira2@gmail.com;

² Professora Orientadora: Doutora, Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – *Campus* Mossoró – RN, carla.marques@ifrn.edu.br;

prioritizes education geared towards market demands, in line with a neoliberal vision. These practices make it difficult to overcome the dualism between theory and practice, in addition to limiting the autonomy of teachers and students. The analysis indicates that, despite the proposals for integrated and critical education, there is a strong influence of mechanisms that control and normalize individuals, preventing the implementation of emancipatory education. It is concluded that it is essential to reformulate educational policies and practices, promoting management that values autonomy, critical thinking and social transformation, ensuring that professional and Technological Education truly contributes to the emancipation of individuals and the transformation of society.

Keywords: professional education; emancipatory education; educational management.

1 INTRODUÇÃO

A escola desempenha um papel fundamental na sociedade, ajudando no desenvolvimento do caráter, da personalidade e na formação técnica de crianças e jovens. Além de oferecer experiências e criar laços de amizade, o ambiente escolar estimula as capacidades criativas e competitivas dos estudantes, habilidades que serão essenciais no futuro.

A aprendizagem vai além de qualquer mecanismo de controle ao qual esteja submetida. Essa importância da escola também se aplica à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), responsável por transformar jovens em profissionais qualificados, que atuarão no mercado de trabalho em diversas áreas em que a sociedade se divide (Fuini, 2021). Essa modalidade de ensino utiliza tecnologias para aprimorar a formação acadêmica dos estudantes nos diferentes cursos oferecidos nessas instituições.

A ver, para além de oferecer experiências educativas variadas, o ambiente escolar desempenha um papel de fortalecimento dos laços sociais e de amizades duradouras. Esses vínculos, muitas vezes formados na convivência diária em sala de aula ou nas atividades extraescolares, contribuem para a formação de uma rede de apoio emocional e social dos estudantes. O ambiente escolar também estimula a criatividade, incentivando os estudantes a pensarem de forma inovadora, a explorarem suas habilidades e a desenvolverem a capacidade de solucionar problemas complexos. Paralelamente, promove ações esportivas, culturais e artísticas, essenciais para o desenvolvimento da competitividade saudável, do trabalho em equipe e do respeito à diversidade, habilidades que se revelam fundamentais para o exercício de uma cidadania plena e para o futuro profissional dos estudantes.

A aprendizagem, no entanto, vai muito além de qualquer mecanismo de controle ou avaliação que a escola possa exercer sob seus alunos. Ela representa um processo dinâmico de

crescimento, de aquisição de conhecimentos, de desenvolvimento de habilidades e de formação de atitudes críticas e autônomas. Essa dimensão mais ampla da aprendizagem reforça a ideia de que a escola deve ser um espaço de liberdade, de experimentação e de construção do saber.

Outrossim, a tecnologia está cada vez mais presente na rotina das pessoas, tornando processos mais rápidos e eficientes, o que melhora a qualidade de vida da população (Teixeira, 2024). Essas melhorias deveriam também impactar positivamente a educação, embora, infelizmente, os índices educacionais do Brasil ainda estejam atrás de outros países. Ainda há uma significativa defasagem no sistema de ensino brasileiro. Como o avanço tecnológico tem sido um grande motor de progresso para a humanidade, é necessário que essas tecnologias também sejam integradas às instituições de ensino, promovendo melhores condições de aprendizagem e formação técnica, contribuindo para transformar jovens em excelentes profissionais (Gonçalves et al., 2020).

Diante do surgimento de novas tecnologias e da crescente relevância das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica para a formação e qualificação dos estudantes, este estudo tem como objetivo propor uma reflexão sobre a EPT frente às novas tendências educacionais no Brasil.

2 TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA INTEGRAÇÃO ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A saber, o trabalho, entendido como uma ação consciente do ser humano, representa a transformação da natureza em benefício da existência humana. Essa interação entre o homem e a natureza, conforme Saviani, é a essência do ser humano. O trabalho não é apenas uma atividade mecânica, mas uma expressão da capacidade humana de moldar o ambiente para satisfazer suas necessidades existenciais.

Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana, não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência humana é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda, se complexifica ao longo do tempo, é um processo histórico (Saviani, 2005, p. 154.)

Nesse contexto, a educação desempenha um papel crucial na sociedade ao reproduzir as possibilidades de perpetuação da espécie. Através do ensino, da transmissão do conhecimento e

das técnicas e tecnologias desenvolvidas, a educação garante a vida e a existência humana como um produto de aprendizado e formação. Saviani argumenta que o homem não nasce pronto, mas se torna um ser humano através da aprendizagem e da formação, estabelecendo uma relação intrínseca entre educação e trabalho. O trabalho, nesse sentido, tem uma função educativa fundamental, promovendo a sociabilidade mútua entre os indivíduos e consigo mesmos.

[...] Nas comunidades primitivas a educação coincidia totalmente com o fenômeno anteriormente descrito. Os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. Prevalecia, aí, o modo de produção comunal, também chamado de “comunismo primitivo”. Não havia a divisão em classes. Tudo era feito em comum. Na unidade aglutinadora da tribo dava-se a apropriação coletiva da terra, constituindo propriedade tribal na qual os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse mesmo processo. Nessas condições a educação identificava-se com a vida, não preparação para a vida, reivindicada muitos séculos mais tarde, já que nossa época, era, nessas origens remotas, verdade práticas (Saviani, 2005, p. 155).

Nesse sentido, a escola, como uma construção social, tem a função de reproduzir a sociedade prática, o presente e projetar o futuro por meio do conhecimento. A disciplina de Bases Conceituais em EPT propõe refletir sobre a relação entre o ambiente acadêmico/escolar e o setor produtivo, característica do mestrado profissional, diferenciando-o do mestrado acadêmico. Ela propõe um debate sobre a superação de um modelo de educação dualística que separa pensadores e executores, teoria e prática, gestores e trabalhadores, propondo uma educação politécnica ou tecnológica, conforme propunham Marx e Engels.

O processo das Bases Conceituais, considerando a metodologia participativa, através de leituras individuais, em grupos, debates coletivos, seminários com apresentações inovadoras, abordagens integrativas dos diálogos sistemáticos dos conteúdos propostos, reuniram elementos novos na dinâmica de aprendizagem. O inconformismo com a situação atual e o desejo de constituir produtos educacionais capazes de gerar mudanças na maneira de ensinar, pensar e agir, com uma visão operativa na perspectiva omnilateral e de uma formação humana integral, são fundamentais.

Segundo Ciavatta (2005, p. 89), continuamos imprimindo nos processos formativos o resgate do homem integral, de tornar os processos educativos como ações concretas e efetivas da formação para o mundo do trabalho, com uma visão ampliada. Compartilhando com Hobsbawm (1987), não se trata apenas da atividade laboral isolada, mas fundamentalmente das condições de vida do trabalhador, com suas relações políticas e culturais.

A formação profissional na sociedade contemporânea é uma necessidade e uma exigência, ocupando um lugar estratégico no contexto de vida do trabalhador e do mercado. Diante dessa realidade, a educação profissional e tecnológica torna-se um objeto de ação do Estado, através de programas e projetos circunstanciais, menos como política pública efetiva. O caráter educativo da formação profissional vincula-se ao conceito de “educação permanente”, citando como exemplo, a educação de adultos.

Ademais, o trabalho, como parte integrante da vida do trabalhador, não só como elemento da sobrevivência em uma sociedade capitalista, reporta a dimensão da integralidade, da identidade mais profunda da relação do homem com a natureza. Nesse sentido, a relação trabalho e educação exerce um papel fundamental no ensino, na pesquisa e na produção de conhecimento sobre o campo do trabalho enquanto possibilidade de transformação da sociedade cindida para uma sociedade igualitária, equitativa e justa.

A educação básica no Brasil se constitui da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e da educação profissional técnica de nível médio. Ao longo da trajetória da educação brasileira, tivemos momentos de integração e desintegração da educação básica e da educação profissional, refletindo no modelo de sociedade e de educação classista predominante na sociedade atual, onde o ensino médio propedêutico está voltado para a formação continuada, acadêmica progressiva, levando ao ensino superior e a educação profissional voltada para a inserção rápida dos jovens filhos da classe trabalhadora, no mundo do trabalho capitalista.

Pensar a educação profissional na perspectiva do ensino médio integrado é o fundamento da disciplina de Bases Conceituais em EPT, buscando compreender a dinamicidade do processo de construção de conhecimentos que possibilitem aos estudantes a elaboração de Produtos Educacionais, voltados para o ensino da EPT, para a educação profissional integrada, numa perspectiva politécnica e omnilateral, tendo o trabalho como princípio educativo.

Difícil de aplicar efetivamente, considerando a sociedade capitalista brasileira, ser um capitalismo dependente dos grandes centros capitalistas mundiais, uma sociedade onde os trabalhadores se submetem à toda sorte de exploração, perda de direitos, baixos salários, condições precárias de trabalho, fragilização dos aparelhos sindicais, frágil participação das mulheres e de terceirizados na luta sindical, Antunes (1999, p. 107) aponta que a classe trabalhadora é diversificada e ainda, mantém a difícil tarefa de aglutinar todos os trabalhadores na luta ante exploração.

Logo, refletir acerca da educação profissional integral, integrada ao ensino médio, perpassa por articular a luta de classes em uma agenda por melhores condições de vida, propor uma formação profissional alinhada ao contexto tecnológico, científico, social, cultural, político, econômico e a urgente organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos.

2.1 ROMPER COM UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÓTICA TRADICIONAL

Propor uma ruptura com a visão tradicional e muitas vezes superficial da formação técnica e profissional é um passo fundamental para garantir uma transformação real na educação voltada ao trabalho. A proposta é criar um modelo de formação que seja realmente capaz de promover mudanças sociais profundas, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa, democrática e equitativa, na qual as oportunidades de crescimento e desenvolvimento não sejam privilégio de poucos, mas um direito de todos os cidadãos. Essa abordagem exige uma compreensão ampla e crítica do papel da educação técnica, tendo como ponto de partida o compromisso de que ela deve servir à emancipação dos trabalhadores.

Nesse sentido, é imprescindível repensar a educação profissional como um instrumento de transformação social e não apenas como uma possibilidade de formação para o mercado de trabalho de forma limitada. Uma educação que valorize o trabalho, que acredite na potencialidade de cada indivíduo e que seja capaz de fomentar o desenvolvimento de habilidades práticas, críticas e éticas, integrando teoria e prática de forma efetiva.

Para viabilizar essa ruptura, propomos construir uma formação sólida, baseada em uma reflexão constante, envolvida por práticas pedagógicas inovadoras e fundamentadas na pesquisa e na produção de conhecimento. Essa formação deve estar apoiada em uma compreensão crítica das relações sociais, econômicas e políticas que moldam o mundo do trabalho, e deve fortalecer a capacidade de professores, gestores e agentes de educação de atuarem como agentes de transformação. Isso significa oferecer uma formação contínua, que possa responder às dinâmicas em constante mudança do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que contribua para a elevação da qualidade do ensino técnico e profissional.

O papel de uma formação de qualidade, portanto, não se limita apenas ao desenvolvimento de competências técnicas, mas também ao fortalecimento de habilidades críticas, éticas e reflexivas. É preciso que os educadores sejam capazes de promover um ambiente de ensino que estimule o pensamento crítico, que desenvolva nos alunos a consciência

de seu papel social e que os prepare para atuar de forma autônoma, criativa e inovadora, enfrentando os desafios de uma sociedade cada vez mais complexa. Dessa forma, o conteúdo e as metodologias adotadas devem estar conectados às reais condições de vida e trabalho dos estudantes, buscando desenvolver capacidades que justamente possibilitem sua inclusão plena no mundo do trabalho de modo consciente, autônomo e responsável.

A implementação de uma formação de qualidade pressupõe também uma mudança na estrutura das políticas públicas, na legislação e nos recursos disponibilizados para a educação profissional. É imprescindível que haja um fortalecimento dos investimentos em infraestrutura, equipamentos adequados, recursos didáticos, bolsas de estudo e condições de trabalho para os professores, que sejam reconhecidos como verdadeiros agentes de transformação social.

Outro aspecto crucial é a organização de uma formação em rede, articulada em nível nacional e conectando diferentes instituições, centros de formação, universidades, e escolas técnicas, promovendo uma política de cooperação, troca de experiências e resultados compartilhados. Essa estratégia garante a sincronia de objetivos, conteúdos e metodologias, fortalecendo a identidade política e pedagógica do programa.

Nesse contexto, as Bases Conceituais assumem um papel central, atuando como o elemento que integra todos os componentes do programa e promove a compreensão do seu fundamento teórico e metodológico. Essa disciplina funciona como uma espécie de alicerce que introduz os participantes no pensamento crítico e na reflexão sobre os princípios que devem embasar uma educação profissional voltada à emancipação, ao invés de uma formação limitada, fragmentada e alienante.

O principal objetivo dessa disciplina é justamente questionar e superar uma concepção de educação profissional que, historicamente, se revelou insuficiente e distorcida. Essa visão reduz a formação do trabalhador a uma preparação técnica mínima, centrada na repetição de tarefas, muitas vezes distanciadas da realidade social e econômica, e desconsiderando aspectos éticos, culturais e políticos. Muitas vezes, essa abordagem priorizava apenas a aquisição de habilidades mecânicas, desconsiderando a importância do desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de compreender o papel do trabalho na vida.

Nesse sentido, o desafio é promover uma formação que vá além do técnico, que seja capaz de desenvolver no trabalhador (ou estudante) uma visão integrada, holística, da sua própria atuação no mundo do trabalho. O objetivo, portanto, é formar indivíduos capazes de atuar como atores conscientes, pensantes e criadores, capazes de transformar as condições de

trabalho, de reconfigurar suas práticas e contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática, igualitária e participativa. Essa visão exige uma educação que propicie não só a aquisição de competências técnicas, mas também o desenvolvimento de uma capacidade de autocrítica, de diálogo e de intervenção no mundo.

2.2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Para compreender a importância das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é fundamental, primeiramente, entender as diferentes interpretações do conceito de trabalho. Em seguida, é necessário refletir sobre como os fundamentos ontológicos e históricos que tratam da relação entre trabalho e educação influenciam a organização social e as formas de convivência na sociedade contemporânea. A ver, desde o século XIX, Karl Marx, em sua obra *O Capital*, define o trabalho como:

Criador de valores de uso [...] o trabalho é, assim, uma condição inerente à existência do ser humano, independente de todas as formas sociais, uma necessidade eterna e natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, por consequência, da própria vida humana" (Marx, 1978, p.120 apud Antunes, 2020).

Ao longo do processo de transformação da natureza pelo ser humano, enquanto ele também é moldado pelas forças que atua, o trabalho se apresenta não apenas como uma atividade de modificação do ambiente, mas como uma força dispositiva da sociabilidade humana. Nesse sentido, o trabalho passa a ser uma expressão da convivência social, uma atividade que une os indivíduos e constrói laços de cooperação e solidariedade.

Por outro lado, quando o trabalho é submetido às forças do capital, sua principal função passa a ser a geração de mais-valia, ou seja, a busca incessante por aumento da produção e, conseqüentemente, de lucros, muitas vezes em detrimento da condição humana mais elementar — a subsistência. Como explica Antunes (2020, p. 116), "quando subordinado ao comando do capital, o trabalho tende a perder sua dimensão social e ética, passando a ser visto unicamente como meio de sobrevivência".

Para romper com essa visão do trabalho restrita à sua expressão mercantil, é preciso compreender tanto seu sentido ontológico quanto seu significado histórico. No plano

ontológico, o trabalho é entendido como a primeira maneira de mediação entre o homem e a natureza, sendo uma atividade que possibilita a produção da própria existência. Já do ponto de vista histórico, de acordo com as configurações das relações sociais de produção, o trabalho constitui os meios que o ser humano utiliza para satisfazer suas necessidades, moldando toda a dinâmica social — essa é uma concepção defendida por Saviani (2007).

Assim, ao tratar o trabalho como princípio educativo, estamos reconhecendo que ele não se limita a uma atividade laboral específica, mas que perpassa todas as dimensões da vida humana — social, cultural, política e ética. Nesse sentido, o trabalho deve ser encarado como um direito de todos os indivíduos e, ao mesmo tempo, uma responsabilidade coletiva, que implica na formação de sujeitos cidadãos capazes de atuar criticamente na sociedade.

Outro aspecto relevante ao pensar o trabalho como princípio educativo é que essa concepção não deve ser reduzida a uma técnica didática ou a uma metodologia de ensino. Ao contrário, ela deve ser compreendida como um princípio ético, que orienta a prática pedagógica na educação. Assim, a formação não deve se limitar à aquisição de habilidades técnicas específicas, mas promover uma formação ética, crítica, reflexiva e cidadã, que capacite o indivíduo a compreender a complexidade da realidade social na qual está inserido.

Ao adotar o trabalho como princípio norteador, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) busca ir além da ideia de preparação técnica voltada unicamente para o mercado de trabalho. Ela promove uma prática pedagógica voltada à formação de cidadãos conscientes de seu papel social, capazes de compreender o contexto em que vivem, de atuar de modo ético e técnico, e de contribuir ativamente para a transformação da sociedade, de forma a promover o bem comum (Brasil, 2007, p. 18).

Segundo Saviani (2007), a educação deveria refletir o próprio processo do trabalho, pois, ao produzir sua existência, o ser humano também produz conhecimento e se educa. Contudo, a partir do sistema de relações sociais capitalistas, essa relação foi fragmentada, pois a divisão social do trabalho criou uma divisão entre o trabalho intelectual e o manual, separando a atividade produtiva da atividade reflexiva. Essa segregação levou a uma concepção de educação que, ao invés de integrar o processo de produção e a formação do indivíduo, passou a reforçar a dualidade entre aprendizagem teórica e prática.

Assim, a escola e o sistema educacional, de modo geral, passaram a refletir essa divisão, pela qual o conhecimento formal e a formação humanística ficaram relegados a planos distintos da formação profissional, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e da lógica

do individualismo competitivo. Essa fragmentação aprofundou a visão de que o trabalho manual ou operário é desvinculado do desenvolvimento intelectual e ético do sujeito, contribuindo para uma concepção reducionista de educação, centrada na formação utilitária.

O primeiro artigo da Lei nº 9.394/96 (LDB) define os objetivos da educação brasileira e determina que a educação escolar deve estar “ligada ao mundo do trabalho e à prática social” (§2º). O artigo 35 estabelece como finalidade do Ensino Médio “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do estudante, de modo a capacitá-lo para continuar aprendendo e se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento futuras” (Brasil, 1996, não paginado).

Conforme a Resolução CNE/CP nº 11/2009, a organização curricular do Ensino Médio deve ser estruturada “com base nas inter-relações existentes entre os eixos constitutivos dessa etapa de Ensino, ou seja, trabalho, ciência, tecnologia e cultura, tendo o trabalho como princípio educativo” (Brasil, 2009, p. 3).

Em 2017, com a revisão da Lei nº 9.394/96 (LDB) pela Lei nº 13.415/2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabeleceu as finalidades da educação. A partir da definição dos objetivos de aprendizagem do Ensino Médio, a BNCC reafirmou seu caráter de matriz neoliberal em relação ao conceito de trabalho. Hoje, observamos um aumento na valorização do empreendedorismo individual, atingindo todas as classes sociais, além de uma maior ênfase na educação financeira e na compreensão do sistema monetário, tanto no âmbito nacional quanto mundial, considerados essenciais para uma inserção crítica e consciente no contexto atual (Brasil, 2017, p. 569).

Percebe-se que, até hoje, as disputas entre diferentes projetos societários dificultam a efetivação do princípio educativo do trabalho no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Dessa forma, é fundamental implementar ações que, tanto na esfera da conscientização como na prática pedagógica, promovam a formação continuada dos professores, com foco no entendimento das bases conceituais da EPT.

Quando se aborda a formação integrada na EPT, é importante compreender que esse princípio está relacionado tanto à capacidade de entender a realidade em sua totalidade quanto à forma como o Ensino Médio se articula com a educação profissional (Ciavatta, 2014).

Para isso, é necessário ir além de uma preparação para o trabalho meramente operacional, reduzida aos aspectos práticos e desvinculada dos conhecimentos científicos, tecnológicos e das dimensões históricas e sociais que as fundamentam. Como uma formação

humanística, ela visa garantir ao adolescente, jovem e adulto trabalhador um direito a uma formação plena que possibilite a leitura do mundo e a atuação cidadã no país, de forma digna e consciente na sociedade política. Essa formação, nesse sentido, exige a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta, 2005, p. 85).

Coerente com essa proposta, a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional não consiste apenas na junção dos conteúdos, mas na implementação de um currículo integrado ou do Ensino Médio Integrado, considerados estratégias para superar a fragmentação do conhecimento e o dualismo educacional estruturado.

Historicidade mostra que o Ensino Médio sempre ocupou uma posição central na educação brasileira, especialmente na divisão estabelecida entre a educação básica e a formação profissional. Assim, duas estruturas educacionais paralelas se consolidaram: o ensino propedêutico, voltado ao aprofundamento do conhecimento acadêmico, e o ensino profissional, destinado ao preparo para o trabalho manual. Para Ciavatta (2014), quebrar essa dualidade significa incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, superando a distinção entre formação geral e formação técnica.

Seguindo na mesma linha de pensamento de Ciavatta e Gramsci, Ramos (2008) identifica que a ideia de integração possui três interpretações principais: a primeira refere-se à formação integral e holística do indivíduo; a segunda à indissociabilidade entre a educação básica e a formação profissional; e, a terceira, à integração entre conhecimentos gerais e específicos, considerando-os como partes de um todo unificado.

A educação profissional e tecnológica, fundamentada na união entre trabalho, ciência e cultura, difere da visão tecnicista de ensino, que tende a ser fragmentada e marcada por uma abordagem reduzida, centrada apenas na aplicação prática do conhecimento em função da formação do trabalhador.

Para que a formação integrada aconteça de forma efetiva no ambiente escolar, é necessário promover a articulação de conteúdos, metodologias, práticas pedagógicas e da teoria com a prática. Nesse sentido, o currículo integrado oferece a oportunidade de criar ações que unifiquem os processos de ensino e aprendizagem, ao promover a integração entre diferentes disciplinas e saberes. Para que isso seja possível, as disciplinas do ensino médio e técnico não podem atuar de forma isolada, mas, ao contrário, devem estar relacionadas e desenvolvidas de maneira coordenada, de modo a se complementarem e enriquecerem uma à outra.

3 METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, centrada na compreensão das bases conceituais da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil. A pesquisa foi estruturada em duas etapas principais: revisão bibliográfica e análise documental.

Na revisão bibliográfica, foram consultadas obras de autores reconhecidos por suas contribuições às ciências da educação, à teoria social e à política educacional. Entre eles, destacam-se as obras de Dermeval Saviani, que discute a natureza dialética da educação e seu papel social, bem como os conceitos marxistas, especialmente as análises de Karl Marx sobre o trabalho, a produção e as relações sociais, e as contribuições de Friedrich Engels. Além deles, foram considerados também estudos de Antonio Gramsci, com suas reflexões sobre hegemonia e o papel da cultura na formação do consenso social.

A análise documental envolveu o exame de legislações e diretrizes oficiais, como a Lei nº 9.394/96 (LDB), a Resolução CNE/CP nº 11/2009, além da Base Nacional Curricular Comum de 2017. Essas normativas foram estudadas para identificar suas orientações, objetivos e princípios relacionados à formação profissional e ao papel do trabalho no currículo.

Os resultados indicam uma clara discrepância entre as intenções das políticas públicas e a prática nas instituições de ensino técnico e profissional. Apesar do avanço conceitual na direção de uma formação que valorize a autonomia, a criticidade e a emancipação dos estudantes, observa-se uma forte influência de uma lógica disciplinar que reforça a fragmentação do conhecimento e a reprodução das desigualdades sociais. Apesar das diretrizes oficiais defenderem uma formação crítica e emancipadora, as instituições ainda reproduzem uma lógica fragmentada e voltada ao mercado, pautando a formação dos estudantes em competências técnicas imediatas, com pouca integração entre teoria e prática, o que limita a autonomia, o pensamento crítico e acentua a distância entre o discurso legal e a realidade institucional, marcada por práticas conservadoras que dificultam a efetivação de uma educação verdadeiramente transformadora.

A análise revelou que as legislações, como a LDB e a BNCC, priorizam uma concepção de educação voltada ao mercado, enfatizando competências específicas e práticas que atendem às demandas do capitalismo contemporâneo, sob uma perspectiva neoliberal.

Doutra feita, a resistência à inovação pedagógica e à superação do dualismo entre teoria e prática, comum na educação brasileira, caracteriza-se como uma manifestação dessa

lógica de poder. Para contrariar essa tendência, a pesquisa evidencia a necessidade de repensar a gestão institucional, favorecendo estratégias que promovam maior autonomia do estudante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma proposta de educação profissional que tenha por objetivo promover uma verdadeira transformação na realidade social do país, capaz de exercer impactos e gerar mudanças nos sistemas político, econômico e tecnológico do Brasil. Essa educação deve ser entendida como um percurso contínuo e progressivo, que, de forma gradual, trilhado passo a passo, possa estabelecer uma forte conexão com os princípios fundamentais do pensamento marxista, buscando construir uma formação que contribua decisivamente para uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e emancipada.

Diante dessa conjuntura, essa ação se configura como uma resposta de resistência e de afirmação, rejeitando o aprofundamento de modelos de formação que reforçam a reprodução de desigualdades, e propondo uma visão de educação que valorizem a conscientização social, a construção de uma visão crítica do mundo, e o engajamento na luta por mudanças sociais profundas. Ela procura estabelecer um novo paradigma, no qual a formação técnica e profissional seja entendida como um instrumento de transformação social, capaz de romper com os padrões tradicionais e de estimular a autonomia do trabalhador e da trabalhadora enquanto sujeitos históricos de suas próprias vidas, com plenas condições de exercer sua cidadania de forma ativa e consciente.

Essa iniciativa surge num momento de grande dificuldade, em que as forças conservadoras buscam limitar o alcance e os efeitos de uma educação que, se bem articulada, pode atuar como um instrumento de emancipação social. Em meio a esse cenário complexo, ela se apresenta como uma estratégia de resistência política, que desafia o *status* que coloca em debate a importância de uma formação que vá além da simples transmissão de conhecimentos técnicos, promovendo o desenvolvimento de um pensamento crítico, de uma consciência de classe e de uma compreensão mais ampla das relações sociais que estruturalmente moldam o mundo do trabalho e a sociedade em geral.

Para que isso seja possível, é fundamental oferecer aos estudantes uma formação que seja ao mesmo tempo teórica e prática, profunda, histórica e científica, capaz de iluminar os aspectos mais complexos da realidade social brasileira. Assim, as disciplinas introdutórias,

sobretudo aquelas que abordam os fundamentos conceituais e teóricos da luta de classes, da economia política e das relações de poder, desempenham papel crucial. Essas disciplinas oferecem conteúdos relevantes, densos e rigorosos, capazes de gerar reflexões, questionamentos e transformações no percurso formativo do estudante.

Essas ações pedagógicas atuam como elementos catalisadores de movimentos que podem influenciar toda a trajetória de aprendizagem e de atuação dos participantes, estimulando a criação de produtos e materiais educativos que dialoguem com a realidade do ensino técnico e profissional integrado. Esses materiais, por sua vez, representam instrumentos de transformação capazes de desconstruir visões reducionistas e fragmentadas, propondo uma nova forma de educação que prioriza as mudanças necessárias para edificar uma sociedade mais justa, solidária e democrática. Essa nova forma de aprender e ensinar tem como objetivo desenvolver uma visão crítica sobre o papel do trabalho na vida do indivíduo e na estrutura social, promovendo ações que levem à formação de cidadãos capazes de atuar de forma autônoma, criativa e participativa.

Mais do que se concentrar apenas na aquisição de habilidades técnicas, essa formação crítica busca estimular nos estudantes uma compreensão profunda do papel social do trabalho, suas implicações econômicas, políticas e culturais, assim como sua capacidade de transformar e de transformar-se.

A construção dessa nova concepção de formação requer, portanto, uma mudança profunda nas políticas públicas e nas estruturas institucionais. É necessário ampliar os recursos disponíveis, fortalecer a infraestrutura, valorizar e reconhecer os docentes como agentes essenciais nesse processo, além de estabelecer um forte compromisso da sociedade e do Estado na promoção de uma educação de verdade voltada para a emancipação social.

Por fim, é importante destacar que todo esse esforço deve promover uma formação coletiva, que valorize a troca de experiências, o diálogo entre diferentes saberes e a construção de uma identidade pedagógica e política alinhada com os princípios de justiça social, igualdade e liberdade. Uma formação que esteja atenta às múltiplas realidades do Brasil, capaz de dialogar com diferentes contextos regionais, culturais e econômicos, garantindo a formação de profissionais e trabalhadores que atuem não apenas como executores de tarefas, mas como protagonistas de um processo de mudança social fundamentado na luta por uma sociedade mais humana, solidária e emancipada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação/Comissão de Educação Básica. Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre as diretrizes gerais e parâmetros da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/53031-resolucoes-cp-2017>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação/Comissão de Educação Básica. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb006_12.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta a Lei nº 9.394/96 e dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamento da Educação Profissional de Nível Médio.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394/96 para redimensionar e integrar ações da educação profissional técnica de nível médio, da juventude e adultos, e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394/96 e nº 11.494/07, institui a política de fomento às escolas de tempo integral e outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio:** Documento Base. Brasília, 2007. Disponível

em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/280>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº11/2009.** Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio. Brasília: MEC, 2009. p.3. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-para-a-educacao-basica>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CP no 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90891. Acesso em: 19 jun. 2025.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, p. 83-105, 2005.

CIAVATTA, Maria. História da Educação Profissional: esperanças, lutas e (in) dependências. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 23, p. e14776-e14776, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/download/14776/3710>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CIAVATTA, Maria. O Ensino Integrado, A Politecnia E A Educação Omnilateral. Por Que Lutamos? /The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight?. **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade.** 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FUINI, L. L. “A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: um estudo através da perspectiva foucaultiana”. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, vol. 1, n. 20, 2021.

GOMES, Heloisa Maria; MARINS, Hiloko Ogihara. **A ação docente na educação profissional.** Senac, 2018.

GONÇALVES, Bianca Siqueira et al. **Base Nacional Comum Curricular: tudo sobre habilidades, competências e metodologias ativas na BNCC: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio.** Editora Dialética, 2020.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. trad. **Carlos Nelson Coutinho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LIBÂNEO, J. C. “Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar”. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 46, n. 159, 2016.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualística/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias, v. 8 2008.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a Concepção de Politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**.v.12, n34, p. 152-180. Jan./abr. 2007.

TEIXEIRA, Adalberto Freire. Os benefícios da inclusão digital na escola: vistas de como as tecnologias da informação e comunicação corroboram para a inovação no ensino da matemática. **Revista Missioneira**, v. 26, n. 1, p. 83-97, 2024. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/1726>. Acesso em: 19 jun. 2025.

URNAUER, Simone. **Trabalho e educação: uma proposta de formação docente**. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4499>. Acesso em: 19 jun. 2025.